



RESUMO

A PROBLEMÁTICA EXISTENTE NO REGIME DE CONCESSÕES E O DESRESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA SOLUÇÃO QUE DEVE PARTIR DO MUNICÍPIO.

AUTOR PRINCIPAL:

Katiane Gehlen

E-MAIL:

102587@upf.br

TRABALHO VINCULADO À BOLSA DE IC::

Pibic UPF ou outras IES

CO-AUTORES:

Janaína Rigo Santin

ORIENTADOR:

Janaína Rigo Santin

ÁREA:

Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras e Artes

ÁREA DO CONHECIMENTO DO CNPQ:

6.01.00.00-1 ¿ Direito

UNIVERSIDADE:

UPF

INTRODUÇÃO:

A questão das concessões que envolvem a prestação de serviços públicos essenciais à população está estritamente ligada à satisfação ou não de direitos fundamentais, tendo em vista a adequada efetivação destes por meio de preceitos constitucionais. Em especial, no município de Passo Fundo ¿ RS esta prática é algo cada vez mais presente, principalmente no setor de saúde preventiva, onde a grande maioria de procedimentos é realizada por profissionais terceirizados. Partindo desse pressuposto surge a problemática da pesquisa: até que ponto a terceirização na saúde atende de forma eficiente às necessidades apresentadas pela população passofundense, de modo a desempenhar as suas funções respeitando os preceitos constitucionais? O trabalho tem por objetivo analisar o regime de concessões no município, observando assim a satisfação ou não da população e o devido respeito aos direitos fundamentais garantidos a todos os brasileiros.

METODOLOGIA:

Considerando que a pesquisa realizada parte de uma análise constitucional frente a problemas existentes na prestação de serviços local, abordou-se o tema a partir de constantes descontentamentos apresentados pela população do município diante da prestação da saúde pública. Para analisar esta problemática a pesquisa consulta opiniões de doutrinadores renomados quanto ao tema central do trabalho. Para tanto, o método de abordagem adotado no desenvolvimento da pesquisa foi o dialético, uma vez que se partiu de uma problemática local que à luz do direito pode ferir princípios constitucionalmente garantidos a todos os cidadãos e que, portanto, deveria sofrer mudanças de forma urgente. Quanto ao método de procedimento adotou-se o descritivo. No que concerne às técnicas de pesquisa, foram utilizadas a documental e a bibliográfica, a partir de legislação, livros e artigos científicos que buscassem trazer contribuições quanto ao tema discutido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir do estudo realizado, foi possível perceber que a terceirização consiste na transferência à empresa privada da incumbência de prestar, através de remuneração, determinado serviço público. A titularidade permanece sendo do Estado, que possui a obrigação de zelar, garantir e assegurar o respeito aos princípios fundamentais, porém a grande problemática existente nesse sistema é que ao invés de tal ato ocorrer em atividades-meio, ele acaba sendo implementado também em atividades-fim, como a prestação de serviço de saúde. Passa-se a prestar um serviço público com a racionalidade privada, com perspectiva de lucro, o que muitas vezes vai de encontro com as finalidades e princípios do regime jurídico-administrativo exigido na prestação de serviços públicos, o que pode acarretar grandes prejuízos para quem tem o serviço público como sua única fonte para viver bem.

Essa problemática é algo constante no sistema de saúde passofundense, tendo em vista que as unidades de saúde preventiva, em sua grande maioria, possuem funcionários terceirizados. E ao se falar em empresas terceirizadas, muitas vezes há o desempenho de suas funções visando o bem estar pessoal e não o da coletividade, resultando em um caráter de descaso com os direitos fundamentais das pessoas interessadas.

Saúde é um direito de todos e como tal deveria ser colocado como prioridade pelos governantes, de modo a satisfazer as necessidades individuais e garantir o respeito aos preceitos constitucionais. A qualidade na saúde é mais do que um direito, é um dever que os municípios têm em face de seus cidadãos, não deve ser tratada com medidas de urgência, e sim com políticas públicas verdadeiras que visem à solução da problemática local, pois o caminho para se chegar ao que a Constituição Federal prevê como dignidade, certamente deve começar pelos órgãos estatais que têm contato direto com a população, que são os Municípios.

CONCLUSÃO:

Buscando resolver toda essa problemática, o poder local deveria desenvolver políticas baseadas nos interesses da coletividade, soluções que não resultassem na fuga do regime jurídico-administrativo de direito público. É preciso um planejamento das ações de saúde com vistas a prestar serviços de qualidade que proporcionem uma vida digna a todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. et al. Direito Administrativo Brasileiro. 37ª ed. São Paulo: Malheiros editores, 2011.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Concessão e Permissão de Serviço Público no Direito Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1996.

Assinatura do aluno

Assinatura do orientador